



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 4ª (quarta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5449/2017 – Auto de Infração nº 1/201714486. RECORRENTE: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário interposto. Na sequência, a 3ª Câmara, resolve, por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento em realização de **PERÍCIA**, para que sejam atendidos os seguintes quesitos: **I-** Verificar se as notas fiscais com erro de numeração foram devidamente corrigidas e lançadas na EFD da empresa autuada (fls.52/53), antes do início da ação fiscal; **II-** Verificar se as notas fiscais com erro na chave de acesso foram corrigidas e lançadas na EFD da empresa autuada (fls.. 52/53), antes do início da ação fiscal; **III-** Verificar se as notas fiscais, objeto do lançamento, foram escrituradas no SPED contábil do contribuinte. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. A empresa deverá ser intimada para apresentação de assistente técnico para acompanhar os trabalhos periciais. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão de acordo com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Não se conhece do Recurso na parte relativa ao caráter alegadamente confiscatório da multa

aplicada, em face do disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/14. **Processo de Recurso Nº 1/5450/2017 – Auto de Infração nº 1/201714530. RECORRENTE: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, também, por unanimidade de votos, converter o curso do processo em realização de **PERÍCIA**, para que sejam atendidos os seguintes quesitos: **1-** Identificar a natureza das operações objeto da autuação; **2-** Identificar quem é o emitente das Notas Fiscais dessas operações; **3-** Identificar a mercadoria em cada uma das Notas Fiscais; **4-** Identificar quais são os Estados de origem e de destino das operações, em questão; **5-** Verificar se as operações foram devidamente escrituradas nos livros fiscais ou transmitidas através da EFD. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. A empresa deverá ser intimada para apresentação de assistente técnico para acompanhar os trabalhos periciais. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão de acordo com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Não se conhece do Recurso na parte relativa ao caráter alegadamente confiscatório da multa aplicada, em face do disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/14. **Processo de Recurso Nº 1/5451/2017 – Auto de Infração nº 1/201714479. RECORRENTE: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário interposto. Na sequência, a 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento em realização de **PERÍCIA**, para que sejam atendidos os seguintes quesitos: **I-** Verificar se as notas fiscais, relacionadas às fls. 53/54 dos autos, foram escrituradas no SPED do contribuinte, antes da ciência do autuado, no Termo de Início de Fiscalização nº 2017.02988 (fls.7); **II-** Verificar se as notas fiscais, objeto da autuação, estão escrituradas nos livros contábeis da empresa fiscalizada, uma vez que o fato gerador da autuação refere-se ao período 2012 e 2013. Trazer quaisquer outros esclarecimentos que possam subsidiar no completo deslinde do presente processo. A empresa deverá ser intimada para apresentação de assistente técnico para acompanhar os trabalhos periciais. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão de acordo com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Não se conhece do Recurso na parte relativa ao caráter alegadamente confiscatório da multa aplicada, em face do disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/14. **Processo de Recurso Nº 1/2516/2017 – Auto de Infração nº 1/201627672. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: CARMAL INDÚSTRIA E CPMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos, confirmar a decisão singular recorrida, pela **EXTINÇÃO** do processo, sob o fulcro de falta de interesse processual por parte da Fazenda Pública, uma vez que a Lei nº 16.258/2017, superveniente à autuação, tornou dispensável a selagem de documentos fiscais nas operações interestaduais de saídas. Decisão baseada nos artigos 105 e 106 do CTN, combinado com o artigo 87, I, “e” da Lei

15.614/14. Nos termos do voto do Conselheiro Relator e, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela improcedência da autuação, fundamentando seu entendimento nas alterações do artigo 157 do RICMS, feitas pelo Decreto nº 32.882/2018, combinado com art. 106, II, “a”, do CTN. Contrário à decisão singular e ao Parecer da Assessoria Processual Tributária. Registre-se que os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa e, Felipe Augusto Araújo Muniz consignaram seus votos ao entendimento da Procuradoria Geral do Estado. Não se conhece do Recurso na parte relativa ao caráter alegadamente confiscatório da multa aplicada, em face do disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/14. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 24 (vinte e quatro) de julho do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA